

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2011, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. A economia brasileira em 2011 teve seu comportamento influenciado em parte pela volatilidade que caracterizou o ambiente externo, com o desempenho de alguns setores sendo negativamente afetados. O Produto Interno Bruto (PIB), após forte recuperação em 2010, quando alcançou crescimento de 7,5%, perdeu fôlego ao longo do ano, e encerrou 2011 com aumento de apenas 2,8%, de acordo com estimativas recentes. Apesar do menor ritmo de crescimento, a ociosidade permaneceu reduzida, permitindo que o mercado de trabalho seguisse registrando as menores taxas de desemprego na série recente, encerrando o ano em 6,0%. Isto, contudo, manteve a inflação sob pressão, também motivada pelo aumento dos preços das commodities ao final de 2010 e início de 2011. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou 2011 com alta de 6,5%, alcançando o teto da meta do governo. O Banco Central (BC) iniciou o ano realizando aperto monetário gradual para conter pressões inflacionárias e elevou a taxa Selic de 10,75% em janeiro para 12,50% em julho de 2011. No curso do exercício, com o objetivo de combater efeitos recessivos sobre a atividade econômica doméstica e devido ao agravamento da crise internacional, o BC flexibilizou a política monetária a partir de agosto, com sucessivos cortes na taxa Selic, que encerrou 2011 em 11,0%. O dólar encerrou 2011 cotado a R\$1,8669 para venda, com desvalorização de 12,4% em relação ao fechamento de 2010. Para 2012, estimativas divulgadas pelo Banco Central para o PIB apontam para um crescimento de cerca de 3,3%, com a inflação devendo situar-se no entorno de 5,3%. A Companhia é uma empresa especializada em saúde com atuação no segmento de seguros grupais. De acordo com informações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no acumulado do ano até setembro de 2011, a receita de contraprestações das operadoras de planos privados de saúde totalizou R\$61,4 bilhões, apresentando um crescimento de 13,9% em relação a 2010. O número total de beneficiários atingiu 47,4 milhões. **Resultado Operacional.** No exercício findo em 31.12.2011, os Prêmios Retidos Líquidos pela Sul América Companhia de Seguro Saúde, totalizaram R\$1,5 bilhão. Os Sinistros Indenizáveis Líquidos somaram R\$1,3 bilhão, representando 88,0% dos prêmios ganhos. As Despesas Administrativas, incluídas as despesas com tributos, totalizaram R\$103,4 milhões, e corresponderam a 6,9% dos prêmios ganhos. A Companhia apresentou lucro líquido de R\$302,7 milhões e o Patrimônio Líquido atingiu R\$2,1 bilhões, com incremento de 12,5% sobre o exercício anterior. Em 31.12.2011, os investimentos da Companhia eram compostos como segue: Sul América Seguro Saúde S.A. no montante de R\$1,2 bilhão, Sul América Serviços de Saúde S.A. no montante de R\$1,6 milhão, Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. no montante de R\$256,9 milhões, Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. no montante de R\$41,9 milhões, Sul América Odontológico S.A. no montante de R\$1,0 milhão, Brasília Saúde Companhia

de Seguros no montante de R\$35,7 milhões, Sul América Santa Cruz Participações S.A. no montante de R\$74,8 milhões e Dental Plan LTDA. no montante de R\$3,2 milhões.

Resultado do Exercício e Proposta para sua Destinação:

R\$mil	2011	2010
Lucro antes das participações dos funcionários	306.693	368.738
Participações no resultado	(3.992)	(3.952)
<b>Lucro antes das participações estatutárias</b>	<b>302.701</b>	<b>364.786</b>
Constituição da reserva legal (5%)	(15.135)	(18.239)
<b>Lucro líquido ajustado (Artigo 202 - Leis nºs 6.404/76, 10.303/01 e 11.638/07)</b>	<b>287.566</b>	<b>346.547</b>
Dividendos obrigatórios	71.892	86.638
Dividendos adicionais	1.732	2.091
<b>Total de dividendos (1)</b>	<b>73.624</b>	<b>88.729</b>
Juros sobre Capital Próprio (líquido de IR fonte) (2)	-	68.000
<b>Dividendos propostos (1) - (2)</b>	<b>73.624</b>	<b>20.729</b>

Destinação:  
**Constituição de reserva estatutária** ..... 213.942 ..... 325.817  
 A distribuição do resultado demonstrada no quadro acima foi refletida nas Demonstrações Financeiras, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas. A Companhia, no que se refere à avaliação e registro contábil de títulos e valores mobiliários, conforme determina a legislação securitária vigente, observa a política de análise e gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguro. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e dessa forma, não podemos considerá-las como tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia é parte em acordo de acionistas celebrado em 10.05.2002 por seus controladores e o ING Insurance International B.V., regulando, entre outros, a política de governança corporativa da companhia, as condições para alienação de ações de emissão da companhia, o direito de preferência para a sua aquisição e o exercício do direito de voto dos acionistas. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2012. A ADMINISTRAÇÃO

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2011	2010	PASSIVO	Notas	2011	2010
<b>CIRCULANTE</b>	-	<b>675.094</b>	<b>612.586</b>	<b>CIRCULANTE</b>	-	<b>476.139</b>	<b>399.680</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	-	<b>2.499</b>	<b>128</b>	<b>Provisões Técnicas de Operações de Assistência a Saúde</b>	12	<b>252.613</b>	<b>230.740</b>
<b>REALIZÁVEL</b>	-	<b>672.595</b>	<b>612.458</b>	Provisão de Benefícios Concedidos	-	759	688
Aplicações	5	571.031	476.113	Provisão de Sinistros a Liquidar	-	156.507	70.465
<b>Créditos de Operações com Planos de Assistência a Saúde</b>	-	<b>12.389</b>	<b>21.965</b>	Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	-	95.347	159.587
Prêmio a Receber	6.1	12.389	21.965	<b>Débitos de Operações de Assistência a Saúde</b>	-	<b>5.200</b>	<b>5.717</b>
<b>Despesas de Comercialização Diferidas</b>	<b>7.1</b>	<b>6.523</b>	<b>10.880</b>	Comercialização sobre Operações	-	330	225
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>	<b>8</b>	<b>82.260</b>	<b>103.335</b>	Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência a Saúde	-	4.870	5.492
Outros Valores e Bens	-	392	165	<b>Tributos e Contribuições a Recolher</b>	-	<b>37.141</b>	<b>36.290</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	-	<b>2.316.190</b>	<b>2.075.850</b>	Provisões	17	<b>28.419</b>	<b>16.226</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	-	<b>666.754</b>	<b>638.134</b>	<b>Débitos Diversos</b>	18	<b>152.766</b>	<b>110.707</b>
Aplicações	5	1.717	1.753	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	-	<b>395.430</b>	<b>403.719</b>
Títulos e Créditos a Receber	8	11.951	11.158	Exigível a Longo Prazo	-	395.430	403.719
Ativo Fiscal Diferido	9	105.731	99.599	Provisões Técnicas de Operações de Assistência a Saúde	12	12.029	17.135
Despesas de Comercialização Diferidas	7.1	37.917	54.312	Tributos e Contribuições a Recolher	15	155.965	123.193
Valores e Bens	15	501.541	464.067	Tributos e Contribuições a Recolher - Parcelamento	16	16.935	48.935
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	-	7.897	7.245	Provisões	17	184.993	189.297
<b>INVESTIMENTOS</b>	-	<b>1.637.013</b>	<b>1.423.068</b>	Débitos Diversos	18	25.508	25.159
Participações Societárias - Investimentos no País	11	1.637.013	1.423.068	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	19	<b>2.119.715</b>	<b>1.885.037</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	-	<b>813</b>	<b>1.165</b>	Capital Social	-	1.100.000	833.134
Bens Móveis - Não Hospitalares/ Não Odontológicos	-	408	687	<b>Reservas</b>	-	<b>1.251.751</b>	<b>1.290.501</b>
Outras Imobilizações - Não Hospitalares/ Não Odontológicos	-	405	478	Reservas de Capital	-	(6.923)	(6.923)
<b>INTANGÍVEL</b>	-	<b>11.610</b>	<b>13.483</b>	Reservas de Lucros	-	1.258.674	1.297.424
<b>TOTAL</b>	-	<b>2.991.284</b>	<b>2.688.436</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	-	<b>9.017</b>	<b>2.455</b>
<b>COMPENSAÇÃO - ATIVO</b>	-	<b>73.634</b>	<b>124.463</b>	<b>Ações em Tesouraria</b>	-	<b>(241.053)</b>	<b>(241.053)</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	-	<b>2.991.284</b>	<b>2.688.436</b>
				<b>COMPENSAÇÃO - PASSIVO</b>	-	<b>73.634</b>	<b>124.463</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Dividendo Adicional Proposto	Incentivos Fiscais	Total das Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
<b>SALDOS EM 01.01.2010</b>	<b>825.394</b>	-	(191.053)	81.000	948.346	-	9.670	1.039.016	(196)	-	1.673.161
Aumento de Capital com Realização de Reserva	7.740	-	-	-	(7.740)	-	-	(7.740)	-	-	-
Aquisição de Ações Próprias	-	-	(50.000)	-	-	-	-	-	-	-	(50.000)
Agio em Transações de Capital	-	(6.923)	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.923)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	2.651	-	2.651
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>364.786</b>	<b>364.786</b>
Proposta da destinação do resultado:											
Reserva Legal	-	-	-	18.239	-	-	-	18.239	-	(18.239)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	325.818	-	-	325.818	-	(325.818)	-
Juros sobre o Capital Próprio conforme ARCA de 20/12/2010 - R\$1.070,07 por lote de mil ações ON e R\$1.177,07 por lote de mil ações PN	-	-	-	-	(80.000)	-	-	(80.000)	-	-	(80.000)
Dividendos Propostos - R\$277,27 por lote de mil ações ON e R\$305 por lote de mil ações PN	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.729)	-	(20.729)
Dividendos Adicionais R\$37,73 por lote de mil ações ON e R\$118,89 por lote de mil ações PN	-	-	-	-	-	2.091	-	2.091	-	-	2.091
<b>SALDOS EM 31.12.2010</b>	<b>833.134</b>	<b>(6.923)</b>	<b>(241.053)</b>	<b>99.239</b>	<b>1.186.424</b>	<b>2.091</b>	<b>9.670</b>	<b>1.297.424</b>	<b>2.455</b>	-	<b>1.885.037</b>
Aumento de Capital com Realização de Reserva	266.866	-	-	(99.239)	(157.957)	-	(9.670)	(266.866)	-	-	-
Dividendo Adicional Pago	-	-	-	-	-	(2.091)	-	(2.091)	-	-	(2.091)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	6.562	-	6.562
Outros	-	-	-	-	(602)	-	-	(602)	-	-	(602)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>302.701</b>	<b>302.701</b>
Proposta da destinação do resultado:											
Reserva Legal	-	-	-	15.135	-	-	-	15.135	-	(15.135)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	213.942	-	-	213.942	-	(213.942)	-
Dividendos Propostos - R\$952,42 por lote de mil ações ON e R\$1.047,67 por lote de mil ações PN	-	-	-	-	-	-	-	-	(71.892)	-	(71.892)
Dividendos Adicionais R\$23,01 por lote de mil ações ON e R\$25,31 por lote de mil ações PN	-	-	-	-	-	1.732	-	1.732	-	(1.732)	-
<b>SALDOS EM 31.12.2011</b>	<b>1.100.000</b>	<b>(6.923)</b>	<b>(241.053)</b>	<b>15.135</b>	<b>1.241.807</b>	<b>1.732</b>	<b>-</b>	<b>1.258.674</b>	<b>9.017</b>	-	<b>2.119.715</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

(1) **CONTEXTO OPERACIONAL. A SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE** denominada "Companhia" é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar como operadora classificada como seguradora especializada em saúde, e tem como principais acionistas a Sul América Companhia Nacional de Seguros, denominada "SALIC" com 58,15% de ações ordinárias e 65,43% de ações preferenciais; a Sul América S.A. denominada "SASA", com 36,85% de ações ordinárias e 28,94% de ações preferenciais e a Saepar Serviços e Participações S/A, denominada "SAEPAR", com 5,00% de ações ordinárias e 5,63% de ações preferenciais. A SASA, por deter participação no capital dos demais acionistas, é a controladora indireta da Companhia, com 100% de participação no capital total. Nestas demonstrações financeiras, denominamos de "SulAmérica" o conjunto de empresas controlado pela SASA, o qual a Companhia faz parte. (1.1) **AQUISIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO. (a) DENTAL PLAN.** Em 18.04.2011, foi aprovado o contrato celebrado em 13.12.2010 para a aquisição de 100% da Dental Plan LTDA, denominada "DENTAL PLAN", no montante total de R\$ 31.057. O agio de R\$ 30.300, gerado na transação, foi contabilizado na rubrica de "Investimentos" e tem como fundamentação a expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de fluxo de caixa a valor presente e considera premissas estratégicas determinadas pela Administração. A seguir, o balanço patrimonial de abertura, a valor justo:

ATIVO	PASSIVO
Circulante	Circulante
Não Circulante	Não Circulante
<b>Total</b>	<b>Total</b>

DENTAL PLAN é uma operadora de planos odontológicos com atuação concentrada nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, tendo apresentado expressiva expansão na região Sudeste. (b) **RIO ARDILA.** Em 02.08.2010, a Companhia adquiriu a Rio Ardila Participações S.A., denominada "RIO ARDILA" e alterou sua razão social para Sul América Odontológico S.A., denominada "SULODONTO" e seu objetivo social, para operar em plano de saúde odontológico e participações. A SULODONTO recebeu da ANS em 24.01.2011 a autorização para funcionamento para atuar no mercado de saúde suplementar. Até a data da publicação dessas demonstrações financeiras, a empresa ainda não estava operando, portanto não houve combinação de negócios. (2) **APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. (2.1) BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e dessa forma, não podemos considerá-las como tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As presentes demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31.12.2011 e 2010 incorporam as alterações introduzidas pela Instrução Normativa ANS DIOPE nº 46, de 25.02.2011, que instituiu o novo plano de contas e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das operadoras de planos de saúde a partir de 01.01.2011. A principal alteração foi a criação de uma rubrica específica para os créditos tributários diferidos no balanço patrimonial, em consonância com o CPC, que para fins de comparação, a Companhia reclassificou em 31.12.2010 o valor de R\$99.599 da rubrica "Títulos e Créditos a Receber" para a "Ativo Fiscal Diferido" no ativo não circulante. O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes

demonstrações financeiras em reunião realizada em 27.02.2012. (2.2) **BASE DE MENSURAÇÃO.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Os instrumentos financeiros mensurados por meio do resultado; • Os ativos financeiros disponíveis para venda (vide nota 5); (2.3) **MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO.** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. (3) **PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. (3.1) **RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS.** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: (3.1.1) **APURAÇÃO DO RESULTADO.** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Os prêmios de seguros são reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas como Prêmios Retidos; • Os custos de angariação são diferidos e registrados na rubrica "Despesas de Comercialização Diferidas" e amortizados no resultado pelo prazo médio da permanência dos segurados em carteira, considerando-se a vigência das apólices e o prazo de cobertura à qual a despesa de comercialização se refere, e a expectativa de cancelamento ou não-renovação das apólices. Os custos de angariação que serão amortizados até os próximos 12 meses são classificados no ativo circulante, e os que serão amortizados após os próximos 12 meses, são classificados no ativo não circulante. A partir de 01.01.2011, os custos diretamente relacionados ao processo de angariação de contratos de seguros passarão a ser diferidos pelo prazo médio estimado de permanência dos clientes em carteira. O valor líquido das receitas e despesas que anteriormente eram apropriadas ao resultado do exercício em que eram incorridos passou a ser diferido e essa mudança de estimativa foi registrada conforme o CPC 23, e não tem impacto de forma retrospectiva; • Os sinistros são refletidos nos resultados com base na metodologia conhecida como IBNP (*Incurred But Not Paid*) que busca refletir a sinistralidade final estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência. Os sinistros incluem as despesas estimadas a incorrer, tanto aquelas diretamente alocáveis aos sinistros considerados individualmente (*Allocated Loss Adjustment Expenses* - ALAE), quanto outras despesas relacionadas aos sinistros mas não diretamente alocáveis (*Unallocated Loss Adjustment Expenses* - ULAE). (3.1.2) **BALANÇO PATRIMONIAL.** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. (3.2) **INSTRUMENTOS FINANCEIROS. (3.2.1) Classificação e Mensuração.** Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: (a) **Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado.** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários são classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos (vide nota 4.4.2.1 (d)) e de acordo com a gestão de riscos documentada. Trata-se do "fair value option". (b) **Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda.** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e,

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Notas	2011	2010
<b>Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde</b>	-	<b>1.484.959</b>	<b>1.477.331</b>
Prêmios Retidos	20.1	1.494.627	1.427.181
Variação das Provisões Técnicas	-	(598)	63.601
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência a Saúde da Operadora	-	(9.070)	(13.451)
<b>Sinistros Indenizáveis Líquidos</b>	-	<b>(1.304.428)</b>	<b>(1.211.514)</b>
Sinistros Conhecidos ou Avisados	-	(1.369.508)	(1.210.875)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados	-	65.080	(639)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE</b>	-	<b>180.531</b>	<b>265.817</b>
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. Com Planos de Saúde da Operadora	-	-	(83)
<b>RESULTADO BRUTO</b>	-	<b>180.531</b>	<b>265.734</b>
Despesas de Comercialização	20.2	(22.483)	(13.973)
Despesas Administrativas	20.3	(103.413)	(94.991)
Outras Receitas Operacionais	-	1.198	1.781
<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>20.4</b>	<b>(27.921)</b>	<b>(61.371)</b>
Provisão para Perdas sobre Créditos	-	(6.921)	(15.667)
Provisão para Contingências - Operacional	-	(5.441)	(15.661)
Outras	-	(15.559)	(30.043)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	-	<b>89.804</b>	<b>71.351</b>
Receitas Financeiras	20.6	114.804	92.877
Despesas Financeiras	20.7	(25.000)	(21.526)
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>11</b>	<b>235.663</b>	<b>238.745</b>
Receita Patrimonial	-	267.679	276.224
Despesas Patrimoniais			

No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*) que na Instrução Normativa ANS nº 46 é denominada de "Provisão para Perdas sobre Créditos", é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. (3.5) **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO.** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na base das demonstrações financeiras. A redução ao valor recuperável de créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social foi estabelecida com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em orçamentos elaborados e aprovados para o período de 3 anos. (3.6) **PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES DE OPERAÇÕES DE SEGUROS.** Os passivos de operações de seguros são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a base das demonstrações financeiras. (3.6.1) **PROVISÕES TÉCNICAS DE CONTRATO DE SEGUROS. (a) PROVISÃO DE SINISTRO A LIQUIDAR (PSL).** A PSL representa a previsão de pagamentos prováveis, líquida de recuperações, determinada com base nos avisos recebidos até a data das demonstrações financeiras, atualizada monetariamente nos casos de seguros indexados. • A PSL é constituída pelo valor das faturas dos prestadores de serviços, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de sinistros recebidos; • Adicionalmente à PSL, a Companhia provisiona as despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente, denominadas "ULAE"; • A ULAE é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da PSL, deduzindo-se da estimativa o montante correspondente aos gastos já incorridos na atividade de regulação de sinistros. (b) **PROVISÃO DE SINISTRO A LIQUIDAR - DISPUTA JUDICIAL.** As provisões de sinistros a liquidar em disputa judicial são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais, e ainda, com base em fatores específicos obtidos a partir da análise do histórico de pagamentos efetuados no período de 60 meses nos casos encerrados, a respectiva provabilidade de perda do processo, o desembolso financeiro esperado e o grupamento de ramo de seguro envolvido, quando aplicável. Estes fatores foram calculados a partir da análise da relação dos valores despendidos com os processos encerrados por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões são atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por juros de 0,78% ao mês. As provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisão de Sinistros a Liquidar", no passivo circulante e não circulante; e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizados em "Débitos Diversos" no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Valores e Bens" no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. (c) **PROVISÃO DE SINISTROS OCORRIDOS E NÃO AVISADOS (IBNR).** A IBNR (*Incurred But Not Reported*) é constituída com base no IBNP subtraído da PSL. Para apurar o IBNR é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* mensais, métodos estatísticos-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, adicionado das despesas de regulação diretamente relacionadas ao sinistro, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. O desenvolvimento histórico observado é de 36 meses. A IBNR é apurada considerando tanto as despesas diretamente alocáveis aos sinistros, quanto outras despesas relacionadas aos sinistros, mas não diretamente alocáveis. A ULAE da IBNR é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da IBNR. (d) **PROVISÃO DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (PMBC).** A PMBC corresponde ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado. A PMBC é constituída para garantia dos benefícios de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato, de até 5 (cinco) anos, em função do falecimento do segurador titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários descontada para a base das demonstrações financeiras. (3.7) **PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS.** As provisões para ações judiciais de natureza civil, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo IPCA e por juros de 0,78% ao mês. As provisões para ações judiciais de natureza trabalhista são atualizadas mensalmente pela TR e por juros de 0,78% ao mês. Tanto as provisões para as contestações de natureza civil, não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, quanto as de natureza trabalhista são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais e com base em percentuais esperados, obtidos a partir da análise do histórico de pagamentos efetuados no período de 60 meses para os casos encerrados, calculados levando-se em consideração a natureza dos processos judiciais, a respectiva probabilidade de perda do processo, o desembolso financeiro esperado e o grupamento de ramo de seguro envolvido, quando aplicável. Esses fatores foram calculados a partir da análise da relação dos valores despendidos com os processos encerrados por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões para ações judiciais estão contabilizadas nas rubricas "Provisões", no passivo circulante e não circulante, e consideram os valores atuais das mencionadas ações. Os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil, não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, e trabalhistas estão contabilizados nas rubricas "Provisões", no passivo circulante e "Débitos Diversos", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Valores e Bens", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis, e TR e juros de 12% ao ano para os depósitos judiciais trabalhistas, conforme legislação vigente; • As provisões para ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. A Companhia adota o procedimento de provisionar a totalidade das ações judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda foi considerada provável. Para as demais causas tributárias, a provisão contabilizada é definida a partir de análise individualizada da possibilidade de futuro desembolso de cada processo judicial. Os valores referentes aos questionamentos relativos à legalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados na rubrica "Provisões", no passivo circulante e não circulante e em "Tributos e Contribuições a Recolher" no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Valores e Bens", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. (3.8) **BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO.** Os benefícios mantidos pela Companhia compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos dos referidos benefícios são provisionados pelo regime de competência em conformidade com a Instrução Normativa ANS 37/2009 que aprovou o CPC 33. (3.9) **PAGAMENTO COM BASE EM AÇÕES.** A Companhia remunera administradores com ações da SASA e o plano é precificado com base no modelo *Black-Scholes* para as opções simples dos programas até 2010 e no modelo binomial para as opções simples e bonificadas do programa de 2011. O valor justo do Plano é reconhecido pela Companhia na data de outorga, na rubrica "Despesa Administrativa", com um correspondente lançamento na rubrica "Débitos Diversos" no passivo circulante. Periodicamente a Companhia reembolsa à SASA pela remuneração em ações, feitas à seus empregados (vide nota 13.2). (3.10) **DIVIDENDOS.** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração são refletidos em sub-contas do patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. (3.11) **USO DE ESTIMATIVAS.** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPC requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que ocorrerem surgem são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nos seguintes itens: • Ativo Fiscal Diferido (vide nota 9); • Normas Fiscais (vide nota 15.3); • Benefício Pós-Emprego (vide nota 20). (3.12) **NORMAS EMITIDAS E AINDA NÃO ADOTADAS.** Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS, emitidas pelo IASB, ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS citados a seguir, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada destas normas pela Companhia está condicionada a aprovação prévia pela ANS. São as normas: (3.12.1) **NORMAS REVISADAS. (a) IAS 1 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (PRESENTATION OF FINANCIAL STATEMENTS).** Em junho de 2011, foi finalizada a revisão da norma que tem o objetivo de reformular a apresentação de "Outros Resultados Abrangentes". Essa revisão passará a vigorar em 01.07.2012. (b) **IAS 12 - IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS (INCOME TAXES).** A alteração limitada no escopo do IAS 12, que teve início no projeto de convergência com o USGAAP, visa resolver problemas práticos desta norma sem alterar sua orientação fundamental ou a divergência em relação ao USGAAP. Essa norma passará a vigorar em 01.01.2012. (c) **IAS 19 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS (EMPLOYEE BENEFITS).** Em junho de 2011, foi finalizada a revisão da norma que foi focada basicamente em benefício pós-emprego. Essa revisão passará a vigorar em 01.01.2013. (d) **IAS 28 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (INVESTMENTS IN ASSOCIATES).** Em maio de 2011, houve mais uma revisão desta norma para alinhamento à nova norma IFRS 11. Essa revisão passará a vigorar em 01.01.2013. (3.12.2)

**NOVAS NORMAS. (a) IFRS 9 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS (FINANCIAL INSTRUMENTS).** Em outubro de 2010, a mensuração de passivos IFRS 9, contemplando instruções acerca de classificação e reavaliação de passivos financeiros, foi emitida pelo IASB e a data de implementação obrigatória foi fixada para vigorar em 01.01.2013, no entanto, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4 e aos projetos de *impairment* e *hedge accounting* (incluindo *macro hedging*), que colocam em dúvida se esta data é apropriada, o comitê do IASB deverá adiar a data de implantação obrigatória para 01.01.2015. (b) **IFRS 11 - ACORDOS CONJUNTOS (JOINT ARRANGEMENTS).** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o princípio de que uma das partes em um acordo conjunto determina o tipo de arranjo conjunto em que está envolvida, avaliando os seus direitos e obrigações e contas por esses direitos e obrigações de acordo com esse tipo de arranjo comum, sendo que um arranjo comum é definido quando duas ou mais partes possuem o controle em conjunto. Essa norma passará a vigorar para períodos anuais em 01.01.2013. (c) **IFRS 12 - DIVULGAÇÃO DE INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES (DISCLOSURE OF INTERESTS IN OTHER ENTITIES).** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de exigir divulgação que permita aos usuários de demonstrações financeiras avaliar a natureza e os riscos associados, seus interesses em outras entidades, os efeitos desses interesses em sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Este IFRS é obrigatório para uma entidade que tem interesse em subsidiárias, acordos conjuntos (operações conjuntas ou *joint ventures*), associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Essa norma passará a vigorar para períodos anuais em 01.01.2013. (d) **IFRS 13 - MENSURAÇÃO A VALOR PRESENTE (FAIR VALUE MEASUREMENT).** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de definir "valor justo" em um IFRS específico onde divulgações sobre o valor justo são requeridas, de forma especializada. Essa norma passará a vigorar em 01.01.2013. Exceto quanto a IFRS 9, cujo impacto ainda está sendo avaliado pela Administração, a Companhia analisou as novas normas e revisões e julga que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras na adoção das normas acima mencionadas. (4) **GESTÃO DE RISCOS.** A gestão de riscos corporativos se concentra em cinco aspectos principais: • Controlar o impacto dos eventos negativos; • Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos; • Buscar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valor para o acionista; • Alinhar o apetite de risco da organização com as estratégias adotadas; • Prover melhorias de risco, de forma a permitir a alocação do capital; • Reportar ao Conselho de Administração, na função de supervisão, o tratamento dos riscos relevantes; • Aprovar os níveis de retenção de risco por ramo de seguro e mudanças significativas nas políticas de subscrição, além dos contratos de resseguro. (4.1) **ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADES PELA GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS.** O Conselho de Administração executa a importante atividade de supervisão do Gerenciamento de Riscos da Organização, mantendo-se ciente e com os níveis de tolerância a risco definido pelo CoR. O CoR tem a responsabilidade de periodicamente, rever as estratégias globais dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para esses riscos (tolerância a riscos). Os direcionamentos estabelecidos são aplicados em cada unidade de negócio (*Business Unit - BU*), que deverão apoiar a filosofia da gestão de riscos, administrando-os dentro de suas esferas de responsabilidades. Esse apoio possibilitará que os demais níveis gerenciais conheçam e utilizem essa tolerância aos riscos de acordo com as políticas e normas estabelecidas. A Companhia opera em Saúde Individual, e este é o seu campo de atuação na gestão do risco corporativo por BU. (4.2) **SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS.** A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, tem levado em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO*. O Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos é baseado nesta metodologia, que concebe o Sistema de Controles Internos como resultado de ações estruturadas, segundo oito componentes que, inter-relacionados constituem a base para a estrutura integrada de riscos (ERM - *Enterprise Risk Management*). O ERM pode ser percebido sob duas formas: para satisfazer as necessidades de controles internos e como um sistema completo, abrangente e integrado de gerenciamento de riscos. Os componentes constituintes da base para a estrutura integrada de riscos estão definidos a seguir: • O Ambiente Interno; • Gestão de conscientização e cultura de uma organização a respeito da necessidade do gerenciamento de riscos e controles. É a base para todos os outros componentes do gerenciamento de riscos corporativos, propiciando o método pelo qual os riscos são identificados e abordados por seus colaboradores. Compreende a integridade e os valores éticos, as práticas de conduta, estrutura organizacional, a qualidade do gerenciamento, atribuição de responsabilidades e políticas de recursos humanos. Reflete as boas práticas de administração, cuidados e ações relacionadas à estabilidade e à boa execução dos processos organizacionais. • Definição de Objetivos: O processo que define as estratégias, deve permitir que estes se deem de forma integrada à missão e à visão da SulAmérica, a partir do estabelecimento de objetivos ajustados ao apetite de risco, o qual direciona os níveis de tolerância aos riscos. • Identificação de Eventos: Os eventos externos e internos que possam afetar o cumprimento dos objetivos devem ser identificados como riscos ou oportunidades. • Avaliação dos Riscos: A avaliação dos riscos relevantes se dá sob duas perspectivas: quantitativa e/ou qualitativa. No enfoque quantitativo, são utilizados modelos para avaliação das eventuais perdas esperadas e inesperadas. Pelo enfoque qualitativo, os riscos são avaliados com base no eventual impacto e na probabilidade para indicar o grau de exposição ao risco para o alcance dos objetivos. • Resposta ao Risco: No processo de gestão de riscos devem ser identificadas e avaliadas as opções de respostas ao risco (evitar, aceitar, mitigar, compartilhar ou transferir) implementando ações para alinhar os riscos com a tolerância e com o apetite de risco, mantendo-os em níveis aceitáveis. • Atividades de Controle: Políticas e procedimentos internos devem ser definidos e implementados pela Alta Administração, para ajudar e garantir que as respostas aos riscos foram corretamente realizadas, de forma que os objetivos estratégicos e operacionais sejam alcançados. A avaliação do melhor tipo de controle deve pressupor os volumes envolvidos, a relevância, a complexidade das operações, o risco analisado e as prioridades estratégicas definidas. • Informação e Comunicação: A Comunicação deve ser eficaz, ocorrendo de forma que todas as atividades possam ser abrangidas. As informações relevantes devem ser identificadas, coletadas na forma e nos prazos necessários para que todos executem suas tarefas corretamente e tempestivamente. Os riscos e não conformidades devem ser reportados adequadamente para formulação de planos de ação. • Monitoramento: A gestão de riscos corporativos deve ser monitorada através de atividades gerenciais contínuas e os pontos identificados de não conformidade comunicados à Alta Administração. (4.3) **CONCENTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES.** A Companhia possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos estão concentradas nos estados de São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios de seguro por unidade da federação.

UF	Representatividade	
	2011	2010
SP	55,5%	55,8%
BA	17,6%	17,5%
PE	11,5%	11,3%
RJ	11,1%	11,1%
DF	1,0%	1,0%
Outros	3,3%	3,3%

(4.4) **DESCRIÇÃO E GESTÃO DOS RISCOS NAS OPERAÇÕES.** O Gerenciamento de Riscos Corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Crédito, Mercado, Subscrição, Operacional, Estratégico e Legal e Compliance. (4.4.1) **RISCO DE CRÉDITO.** É o risco de que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumprir nos termos em que foi acordado. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de seguro e dos créditos detidos juntos às instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras e ainda como o risco de concentração, o risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas. (4.4.1.1) **Aplicações Financeiras. (a) Política de Investimentos.** No gerenciamento de risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através de um Comitê de Crédito (CoC). Estes limites são refletidos em Mandatos de Investimento, documento que formaliza a delegação de alçadas aos gestores. O cumprimento dos mandatos é monitorado pela área financeira. Resumidamente, os limites para exposição de crédito não restringem alocações em títulos públicos federais, mas não permitem investimentos em títulos públicos estaduais e municipais. Em relação a emissões de empresas financeiras, não-financeiras ou quotas de fundos de investimentos, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos das empresas e fundos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um "score" (*rating*) interno. Com base no "score" obtido, é estabelecido um limite de crédito. Esse limite será utilizado para restringir a exposição máxima a títulos de emissão de determinada empresa não-financeira ou financeira; Os limites de exposição são monitorados e avaliados de forma consolidada, regularmente pela empresa gestora dos investimentos (vide nota 4.4.2.1) e pela área financeira. Qualquer decisão em relação ao risco de crédito nos investimentos que não esteja prevista nos Mandatos de Investimentos deve ser aprovada pelo CoC. Os gráficos a seguir apresentam a distribuição dos investimentos por *rating*, onde 97,4% do total de aplicações financeiras em 31.12.2011 (96% em 2010) estão alocados nas classes AAA ou risco soberano (títulos públicos).



(4.4.1.2) **Operações de Seguro.** Com relação ao risco de não recebimento de prêmio a receber, a política de crédito considera as peculiaridades das operações, orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. São estabelecidos limites de alçadas para a aceitação dos riscos que contemplam também a análise do histórico de crédito do segurador e a exposição ao risco em cada operação. A gestão do risco de crédito também leva em consideração, no monitoramento da inadim-

plência, o acompanhamento da redução ao valor recuperável (*impairment*) dos prêmios a receber. (4.4.2) **RISCO DE MERCADO.** É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, *commodities*, etc.), causada por fatores adversos. Mais especificamente, o risco de mercado nas operações pode ser entendido como: risco na taxa de juros, risco de liquidez, risco em câmbio, risco de derivativos, risco em ações e risco de inflação. As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado: • processo de gerenciamento de ativos e passivos - *ALM (Assets and Liabilities Management)* monitorado regularmente pelo ALCO (*Assets and Liabilities Committee*); • elaboração de Mandatos de Investimentos estabelecidos onde são considerados os seguintes aspectos: perfil do negócio, estudos atuariais e aspectos de liquidez; • instrumentos derivativos para diminuir os impactos da taxa de juros; • limites máximos de *VaR (Value at Risk)* e análises de cenários alternativos conhecidos como "*stress testing*"; • análises de fluxo de caixa projetado e revisão das obrigações assumidas e instrumentos financeiros utilizados para mitigação e monitoramento do risco de liquidez; • análises e monitoramento dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras. (4.4.2.1) **O Processo de Gerenciamento de Ativos e Passivos na Organização (ALM).** A gestão dos investimentos é, substancialmente, feita através da SulAmérica Investimentos DTVM S.A. (SAMI). Apenas 2,5% (3,87% em 2010) do total da carteira de investimentos não é gerenciado pela SAMI. Desde 2003, o ALM é utilizado pela SulAmérica como uma das principais ferramentas para determinar os parâmetros das alocações de seus investimentos. O ALCO foi formado para a discussão do assunto. Desde então, de acordo com as diretrizes definidas pelo Comitê, e segundo as políticas descritas em Mandatos de Investimentos (atualizados periodicamente), os administradores de recursos alocam os ativos financeiros em investimentos adequados ao comportamento dos passivos. Estes Mandatos de Investimentos refletem pontos importantes para a gestão adequada dos recursos, tal como a política de investimentos, composição das carteiras por ativo, limites para cada carteira, legislação, descrição dos produtos e dos passivos, dentre outros aspectos. De uma forma geral, a política de investimentos tem como objetivo estabelecer um grau de alinhamento entre um mínimo de liquidez necessária para Companhia e diretrizes de investimentos que otimizem a rentabilidade dos ativos, levando em consideração as características dos passivos das operações. Desta forma, os limites e *benchmarks* estabelecidos visam minimizar os riscos financeiros de descasamento entre ativos e passivos envolvidos no processo de investimentos dos recursos, bem como tornar eficiente a alocação dos ativos. Para que a gestão dos ativos seja eficiente, os recursos financeiros estão alocados em três carteiras - (i) liquidez, (ii) operacional e (iii) capital - de acordo com a sua natureza e objetivos. Todas as três carteiras possuem: • *Benchmarks* definidos individualmente; • Revisão e rebalanceamento individual periódico; • Diferentes prioridades de alocação; • Políticas de investimentos individuais e • Limites de risco individual. As carteiras são definidas da seguinte forma: (a) **Carteira de Liquidez.** O objetivo da carteira de liquidez é estabelecer uma reserva a fim de garantir o pagamento de 85% das despesas operacionais por um período de 15 dias no caso de algum evento ocorrido, em que seus recebimentos estejam comprometidos (como por exemplo, uma greve dos bancos). Desta forma, todos os investimentos alocados na carteira devem ser destinados para atender as necessidades de caixa de curto prazo, mitigando desta forma o risco de liquidez. (b) **Carteira Operacional.** O objetivo da carteira operacional é alocar os investimentos financeiros mobiliários vinculados à ANS, destinados a proteção dos passivos operacionais. Os investimentos destinados a carteira operacional são alocados não só visando maximizar a rentabilidade dos ativos, mas também mitigar os riscos de descasamento entre os ativos e passivos. Desta forma, não se espera necessariamente o maior retorno possível para esta carteira de investimentos, mas sim um balanceamento entre risco, retorno e a obtenção de investimentos eficientes, levando em consideração os compromissos assumidos. (c) **Carteira de Capital.** A carteira de capital tem como objetivo alocar os investimentos financeiros remanescentes não alocados nas carteiras de liquidez ou operacional. Idealmente, a carteira de capital deve ser utilizada para investir os recursos livres, buscando maximizar a rentabilidade dos ativos para um determinado nível de risco selecionado. (d) **Acompanhamento do ALM e Risco de Mercado.** Mensalmente, são emitidos relatórios gerenciais contendo informações sobre as alocações nas carteiras de investimentos. Estes relatórios permitem a área financeira e de gestão de riscos um acompanhamento periódico dos investimentos. Além disso, em reunião mensal, os gestores dos investimentos discutem os tópicos relevantes sobre os resultados de investimentos do mês, cenários econômicos internacionais e nacionais, além dos pontos julgados relevantes na data, no que diz respeito aos riscos de mercado envolvidos nas operações de investimentos. Periodicamente, o ALCO se reúne com o objetivo de corroborar ou modificar as alocações definidas nos Mandatos de Investimentos. São apresentadas no comitê, análises sobre os passivos e os ativos, levando em consideração os riscos de mercado envolvidos no processo. (4.4.2.2) **Risco da Taxa de Juros.** A metodologia para o gerenciamento do risco de mercado baseia-se no cálculo do VaR Paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de *stress* para verificar a perda esperada em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios diários com informações sobre o VaR, além de análises mensais sobre os investimentos. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. Em decorrência dos riscos analisados no processo de ALM realizado pela Companhia, está demonstrada a seguir a distribuição dos seus investimentos por indexador em 31.12.2011 e 2010.



(4.4.2.3) **Risco de Liquidez.** A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. Além das análises de ALM, são elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de manter este risco. Adicionalmente, conforme mencionado na nota 4.4.2.1, item a, é criada uma "Carteira de Liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de *stress*. Estes investimentos são destinados para atender as necessidades de caixa de curto prazo. (4.4.2.4) **Risco da Inflação.** Os estudos de ALM realizados pelo ALCO identificaram que parte dos passivos não judiciais dos negócios de seguros são indexados, além das causas judiciais que por determinação legal estão sujeitos a correção monetária por índices de inflação. Desta forma, para fazer frente ao risco dos passivos, são realizados investimentos em títulos indexados a índices inflacionários. Em 31.12.2011, a Companhia registrou em aproximadamente R\$132,1 milhões de ativos indexados a inflação. Vale ressaltar que apesar dos produtos comercializados sempre ser de curto prazo, suas responsabilidades originárias desses contratos nem sempre são de curto prazo, principalmente aquelas relacionadas a causas judiciais. Em função disso, os ativos relativos a estes passivos são alocados em diversos vencimentos. (4.4.3) **RISCO DE SUBSCRIÇÃO.** Oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes nas premissas atuariais e financeiras ou na constituição das provisões técnicas. O risco de subscrição pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco no processo de subscrição, risco na precificação, risco de definição dos produtos, risco no uso do sinistro, risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões. (4.4.3.1) **Valor de Modelos Internos.** A Companhia dispõe de modelos internos atuariais que possuem o objetivo de apurar o Capital Econômico devido aos riscos de subscrição. Estes modelos apuram o valor em risco para cada ramo de negócio e permite uma gestão mais eficaz do risco, já que possibilita quantificar ganhos e perdas na adoção de novos planos de apólice para o controle e mitigação dos riscos de subscrição, dando desta forma suporte a tomada de decisão. Os modelos internos produzem resultados estocásticos para avaliar o risco de subscrição e são estruturados de forma a mensurar tanto o risco de precificação quanto o risco de desvio na constituição das provisões técnicas. (4.4.3.2) **Risco de Subscrição, Precificação, Definição dos Produtos, Retenção Líquida e Risco Moral.** Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, a Companhia realiza periodicamente Procedimentos de Análise e Revisão de Produtos (PARP) com o objetivo de rever os seguintes aspectos sobre os produtos comercializados: • Definições do produto: análise do escopo do produto e das garantias oferecidas aos segurados bem como o público-alvo das vendas; • Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes. Análise de possíveis impactos em outros produtos existentes nas controladas diretas e indiretas que operam com seguro; • Expectativa de vendas: revisão e alinhamento das *pricing* de estudos de acordo com o observado e a moda esperado; • Precificação (*pricing*): estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas dos acionistas. Para isso, projeta-se o fluxo de caixa das apólices, definindo todo o fluxo financeiro. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa final para o produto e as fontes geradoras de lucros e perdas; • Outros: o PARP aborda ainda análises sobre os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude e lavagem de dinheiro e sustentabilidade. Após a análise de todos os pontos descritos acima, são definidos (se necessário) planos de ações para adequação do produto às expectativas da Companhia. O PARP também se aplica quando do lançamento de novos produtos ou realizações de parcerias. Periodicamente o acompanhamento do desempenho dos produtos e parcerias é apresentado ao comitê de riscos. Caso necessário, são adotados planos de ações para adequação dos produtos e parcerias aos objetivos da empresa. (4.4.3.3) **Análise de Sensibilidade.** A Companhia está sujeita a um impacto antes de impostos no resultado, caso haja uma variação na sinistralidade, despesas administrativas ou despesas de comercialização:

Premissas	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 1% na sinistralidade	(12.532)	(12.532)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(856)	(856)
Aumento de 1% nos custos de comercialização	(206)	(206)

(4.4.3.4) **Risco na Provisão.** Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões nas operações de seguros são, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuarial internacional, adaptadas para refletir a realidade da Companhia. Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação do risco da provisão, a Companhia possui os seguintes procedimentos: • Testes de Consistência das Metodologias de Constituição das Provisões e Reservas Matemáticas: Neste procedimento é avaliada a adequação das metodologias e premissas utilizadas para a constituição das provisões técnicas e reservas matemáticas. Este procedimento é realizado no mínimo anualmente; • Recálculo mate-



## Sul América Companhia de Seguro Saúde

C.N.P.J. Nº 01.685.053/0001-56

indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. Em 31.12.2011 e 2010 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia.

	2011		2010	
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
<b>Ativos Financeiros</b>				
Valor Justo por Meio do Resultado.....	182.579	144.446		
Disponível para Venda.....	389.189	298.725		
<b>Total</b>	<b>571.768</b>	<b>443.171</b>		

**(6) CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. (6.1) PRÊMIOS A RECEBER. (6.1.1) MOVIMENTAÇÃO DOS PRÊMIOS A RECEBER.** Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta, mensurados ao custo amortizado. A Companhia, basicamente, futura mensalmente os contratos de saúde.

	Redução ao Valor Recuperável - Impairment		Total
	Prêmios	(5.199)	
<b>Saldo em 01.01.2010</b>	<b>38.007</b>		<b>32.808</b>
Prêmios Emitidos, Líquidos de Cancelamento/Constituição de Recebimentos / Reversão.....	1.497.499	(30.078)	1.467.421
<b>Saldo em 31.12.2010</b>	<b>43.205</b>	<b>(21.240)</b>	<b>21.965</b>

	Redução ao Valor Recuperável - Impairment		Total
	Prêmios	(21.240)	
<b>Saldo em 31.12.2010</b>	<b>43.205</b>	<b>(21.240)</b>	<b>21.965</b>

**(6.2) PRÊMIOS A RECEBER POR VENCIMENTO.** Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

	2011	2010
Vencidos.....	40.870	34.791
A vencer entre 1 e 30 dias.....	112	766
A vencer entre 31 e 60 dias.....	117	805
A vencer entre 61 e 180 dias.....	132	2.214
A vencer entre 181 e 365 dias.....	21	3.034
A vencer acima de 365 dias.....	-	1.595
<b>Impairment (a)</b> .....	<b>(28.863)</b>	<b>(21.965)</b>
<b>Total</b> .....	<b>12.389</b>	<b>21.965</b>

(a) A redução ao valor recuperável é constituída com base nos prêmios vencidos e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são provisionados em sua totalidade. Para os demais planos, a totalidade das parcelas é provisionada quando o total dos prêmios pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias. **(7) DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS (7.1) MOVIMENTAÇÃO DAS DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS**

	2011	2010
<b>Saldo em 01.01.2010</b> .....	<b>76.048</b>	
Amortização.....	(10.856)	
<b>Saldo em 31.12.2010</b> .....	<b>65.192</b>	
Circulante.....	10.880	
Não circulante.....	54.312	

	2011	2010
<b>Saldo em 31.12.2010</b> .....	<b>65.192</b>	
Amortização.....	(20.752)	
<b>Saldo em 31.12.2011</b> .....	<b>44.440</b>	
Circulante.....	6.523	
Não circulante.....	37.917	

**(11) PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS**

Descrição	Saúde S.A. Nova Sulamed	Santa Cruz	Sulaseg	Samí	Sulodonto	Brasilsaúde	Dental Plan	Total
Percentual de Participação no Capital Social.....	100,00%	1,96%	21,53%	80,62%	100,00%	40,96%	100,00%	-
Quantidade de Ações Ordinárias Possuídas.....	14.466.467	48.871.842	1.180	23.887.089	17.166.830	999.991	1.896	1.347.619
Quantidade de Ações Preferenciais Possuídas								
Ativo.....	2.607.895	123.985	473.392	4.293.689	66.529	1.038	183.160	7.644
Passivo Circulante e Não Circulante.....	4.116.294	44.799	296.053	3.974.961	24.649	10	95.882	4.450
Capital Social.....	600.000	40.000	126.159	227.550	31.564	1.000	76.784	1.348
Patrimônio Líquido.....	1.191.601	79.186	347.329	318.728	41.880	1.028	87.278	3.194
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício.....	222.935	8.197	14.128	(11.774)	10.564	26	14.436	3.027
Equivalência Patrimonial (a).....	221.563	161	3.041	(8.596)	10.564	26	5.907	3.011
Valor Contábil do Investimento.....	1.191.601	1.551	74.762	256.949	41.880	1.028	35.748	3.194
<b>Saldo em 31.12.2011</b> .....	<b>1.191.601</b>	<b>1.551</b>	<b>74.762</b>	<b>256.949</b>	<b>41.880</b>	<b>1.028</b>	<b>35.748</b>	<b>3.194</b>
<b>Saldo em 31.12.2010</b> .....	<b>1.017.872</b>	<b>1.449</b>	<b>72.441</b>	<b>265.242</b>	<b>33.821</b>	<b>1.008</b>	<b>31.235</b>	<b>-</b>

Em 31.12.2011, o saldo apresentado na rubrica "Participações Societárias - Investimentos no País", contem R\$ 30.300 referentes ao ágio gerado na compra da DENTAL PLAN, conforme nota 1.1 - a. (a) Em 31.12.2011, a Equivalência Patrimonial de R\$235.677 (R\$239.579 em 2010), está registrada na rubrica "Resultado Patrimonial" (que contempla também, outros resultados patrimoniais de R\$14 (despesa de R\$834 em 2010).

**(12) PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

	2011			
	Provisão de Benefícios Concedidos	Provisão de Sinistros a Liquidar	Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	Total
<b>Ramos</b>				
Saúde individual.....	2.354	166.916	94.931	264.642
Saúde grupal.....	-	25	416	441
<b>Total</b> .....	<b>2.354</b>	<b>166.941</b>	<b>95.347</b>	<b>264.642</b>
Circulante.....	759	156.507	95.347	252.613
Não circulante.....	1.595	10.434	-	12.029

	2010			
	Provisão de Benefícios Concedidos	Provisão de Sinistros a Liquidar	Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	Total
<b>Ramos</b>				
Saúde individual.....	1.755	86.533	159.587	247.875
Saúde grupal.....	-	-	172	172
<b>Total</b> .....	<b>1.755</b>	<b>86.533</b>	<b>159.587</b>	<b>247.875</b>
Circulante.....	688	70.465	159.587	238.740
Não circulante.....	1.067	16.068	-	17.135

**(12.1) MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

	Provisão de Sinistros a Liquidar e Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	Provisão de Benefícios Concedidos	Total
<b>Saldo em 01.01.2010</b> .....	<b>245.690</b>	<b>1.994</b>	<b>247.684</b>
Avisados / Alterações.....	1.186.965	(239)	1.186.726
Pagamentos.....	(1.189.866)	-	(1.189.866)
Correção Monetária / Juros.....	2.692	-	2.692
Variação do IBNR / IBNC.....	639	-	639
<b>Saldo em 31.12.2010</b> .....	<b>246.120</b>	<b>1.755</b>	<b>247.875</b>

	Provisão de Sinistros a Liquidar e Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	Provisão de Benefícios Concedidos	Total
<b>Saldo em 31.12.2010</b> .....	<b>246.120</b>	<b>1.755</b>	<b>247.875</b>
Avisados / Alterações.....	1.342.140	599	1.342.739
Pagamentos.....	(1.261.305)	-	(1.261.305)
Correção Monetária / Juros.....	(427)	-	(427)
Variação do IBNR / IBNC.....	(64.240)	-	(64.240)
<b>Saldo em 31.12.2011</b> .....	<b>262.288</b>	<b>2.354</b>	<b>264.642</b>

**(13) PARTES RELACIONADAS. (13.1) TRANSAÇÕES.** As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Controladora		Passivo		Receita		Despesa	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Sul América S.A. (c) (i) (k).....	-	-	33.333	25.473	-	-	-	-
SAEPAR Serviços e Participações S.A. (b) (e) (f) (k).....	30	18	4.787	7.919	39	56	(16)	(116)
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (h) (i).....	9.395	17.056	84	79	-	-	(896)	(847)
Sul América Seguro Saúde S.A. (b) (e) (f) (i).....	100.771	80.552	16	319	-	-	(189)	(12)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b) (d) (e) (f) (i).....	11.195	30.939	-	602	64	-	(131)	(141)
Dental Plan LTDA (i).....	574	-	-	-	-	-	-	-
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (b) (e) (f) (k).....	-	-	56.163	94.484	-	-	(6.570)	(1.250)
Brasilsaúde Companhia de Seguro (b) (i).....	1.345	47	-	-	-	-	-	-
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (e) (f) (i).....	2.003	2.705	-	-	-	-	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (b) (e) (f) (i).....	124	228	-	-	23	-	(2.274)	(736)
Escritório de Advocacia Gouveia Vieira (g).....	-	-	-	-	-	-	-	(1.418)
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (g).....	-	-	-	-	-	-	(2.814)	(3.384)
Gouveia Vieira Advogados Associados (g).....	-	-	-	-	-	-	(863)	-
Acionistas pessoas físicas (i) (k).....	9	104	-	-	-	-	(4)	(4)
<b>Total</b> .....	<b>125.446</b>	<b>131.649</b>	<b>94.794</b>	<b>128.876</b>	<b>126</b>	<b>56</b>	<b>(13.751)</b>	<b>(7.908)</b>

(a) Valor referente ao rateio de aluguel do prédio da nova matriz; (b) Transações em conta corrente entre companhias, referente basicamente, as operações com Seguro e Reembolso de Despesas Administrativas; (c) Refere-se a reembolso às empresas da SulAmérica que pagaram seus administradores com Plano Geral de Compras de Ações (Stock Options) de emissão da SASA; (d) Refere-se a seguro de Vida Grupal pago a funcionários; (e) Valor referente a rateio de despesas relativas a utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa; (f) Refere-se ao Seguro Saúde a funcionários e dirigentes, calculados com base nas mesmas premissas atuariais utilizadas para os produtos grupais comercializados pela SulAmérica; (g) Serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (h) Refere-se a Taxa de Administração a Controlada SAMI por serviços de gestão de ativos; (i) Valor referente a Dividendos a receber e/ou a pagar aos acionistas; (j) Valor referente ao plano de Previdência Complementar oferecido pela SulAmérica a todos os colaboradores; (k) Valor referente a Juros Sobre Capital Próprio distribuído entre acionistas, titulares ou sócios da SulAmérica. **(13.2) REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.** A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A Administração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

**(8) TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER**

	2011	2010
Créditos tributários (Nota 8.1).....	13.475	36.048
Recursos Bloqueados (Nota 13.1).....	19.199	10.120
Dividendos a Receber.....	58.143	61.769
Outros.....	3.394	6.556
<b>Total</b> .....	<b>94.211</b>	<b>114.493</b>
Circulante.....	82.260	103.335
Não circulante.....	11.951	11.158

**(8.1) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

	2011	2010
<b>Circulante</b>		
Impostos a compensar/recuperar.....	1.524	24.890
<b>Créditos Tributários e Previdenciários</b> .....	<b>1.524</b>	<b>24.890</b>
<b>Não circulante</b>		
Créditos tributários - PIS / COFINS (a).....	11.951	11.158
<b>Créditos Tributários e Previdenciários</b> .....	<b>11.951</b>	<b>11.158</b>
<b>Total</b> .....	<b>13.475</b>	<b>36.048</b>

(a) Refere-se a créditos tributários de Programa de Integração Social - PIS e COFINS, calculados sobre o saldo das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados. **(9) ATIVO FISCAL DIFERIDO.** As bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostos da seguinte forma:

	2011	2010
Provisões para ações fiscais, perdas e obrigações fiscais ..	276.928	259.740
Outros.....	20.593	20.845
<b>Base de cálculo</b> .....	<b>297.521</b>	<b>280.585</b>
Alíquota.....	25%	25%
<b>(1) Créditos tributários imposto de renda - diferenças temporárias</b> .....	<b>74.380</b>	<b>70.146</b>
Provisões para ações fiscais, perdas e obrigações fiscais ..	232.678	208.931
Outras provisões.....	15.489	15.834
<b>Base de cálculo</b> .....	<b>248.167</b>	<b>224.765</b>
Alíquota.....	15%	15%
<b>(2) Créditos tributários contribuição social - diferenças temporárias</b> .....	<b>37.225</b>	<b>33.715</b>
<b>(3) = (1) + (2) Total dos créditos tributários</b> .....	<b>111.605</b>	<b>103.861</b>
<b>(4) Provisão para perdas sobre créditos</b> .....	<b>(5.874)</b>	<b>(4.262)</b>
<b>(5) = (5) + (6) Total dos créditos tributários - líquidos</b> .....	<b>105.731</b>	<b>99.599</b>
<b>Não circulante</b> .....	<b>105.731</b>	<b>99.599</b>

**(10) TRIBUTOS DIFERIDOS**

	2011	2010
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais.....	193.289	163.470
<b>Base de cálculo</b> .....	<b>193.289</b>	<b>163.470</b>
Alíquota.....	25%	25%
<b>(1) Tributos Diferidos - imposto de renda</b> .....	<b>48.322</b>	<b>40.868</b>
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais.....	193.289	163.469
<b>Base de cálculo</b> .....	<b>193.289</b>	<b>163.469</b>
Alíquota.....	15%	15%
<b>(2) Tributos Diferidos - contribuição social</b> .....	<b>28.993</b>	<b>24.520</b>
<b>(3) = (1)+(2) Total dos tributos diferidos (a)</b> .....	<b>77.315</b>	<b>65.388</b>
<b>Não circulante</b> .....	<b>77.315</b>	<b>65.388</b>

(a) Corresponde ao provisionamento dos tributos (IRPJ e CSLL) que incidirão sobre a atualização monetária dos depósitos judiciais, os quais somente serão devidos caso seja obtido êxito no desfecho final dos processos judiciais em curso. Os referidos valores estão contabilizados na rubrica "Provisões" no passivo não circulante conforme demonstrado na nota 17.

	2011	2010
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais.....	193.289	163.470
<b>Base de cálculo</b> .....	<b>193.289</b>	<b>163.470</b>
Alíquota.....	25%	25%
<b>(1) Tributos Diferidos - imposto de renda</b> .....	<b>48.322</b>	<b>40.868</b>
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais.....	193.289	163.469
<b>Base de cálculo</b> .....	<b>193.289</b>	<b>163.469</b>
Alíquota.....	15%	15%
<b>(2) Tributos Diferidos - contribuição social</b> .....	<b>28.993</b>	<b>24.520</b>
<b>(3) = (1)+(2) Total dos tributos diferidos (a)</b> .....	<b>77.315</b>	<b>65.388</b>
<b>Não circulante</b> .....	<b>77.315</b>	<b>65.388</b>

Em 31.12.2011 e 2010, a rubrica "Provisão de Sinistros a Liquidar" contempla sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, à negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, relativas ao ramo de saúde. Em 31.12.2011 e 2010, a posição de sinistros em disputa judicial foi a seguinte:

	2011	2010
<b>PROVÁVEL</b>		
Até 1 ano.....	1.309	5.410
1 a 3 anos.....	1.281	7.102
Mais de 3 anos.....	656	6.094
<b>Total de Provável</b> .....	<b>3.246</b>	<b>18.606</b>
<b>POSSÍVEL</b>		
Até 1 ano.....	415	2.668
1 a 3 anos.....	433	3.331
Mais de 3 anos.....	239	2.667
<b>Total de Possível</b> .....	<b>1.087</b>	

referentes às ações cíveis anteriormente expostas vem sendo provisionadas de acordo com a expectativa de perda da Administração. **(15.4) CONTINGÊNCIAS.** As principais contingências da Companhia em 31.12.2011 e 2010, são: **(a) INSS** - A Companhia vem questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos prestadores de serviços médicos, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. A Companhia aguarda o julgamento do Recurso de Apelação. Os advogados que patrocinam a causa reputam como remota a perda da demanda. **(b) IRPJ/CSLL** - Foram lavrados autos de infração contra a Companhia em que se exige os tributos não pagos em função da dedução, nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, da amortização de ágio oriundo de incorporação da sua controladora SLT Participações S.A, nos anos-calendário 2005 e 2007. O valor exigido atualizado em 31.12.2011 monta R\$86.532. A Companhia apresentou a tempestiva impugnação aos autos de infrações lavradas e, com base na opinião de seus advogados reputa como impossível a perda da demanda. **(16) REFINANCIAMENTO FISCAL - REFIS.** A Companhia aderiu ao Refinanciamento Fiscal - REFIS, e parcelou valores devidos relativos a FINSOCIAL, COFINS e IRPJ - referente à compensação integral dos prejuízos fiscais, os quais encontravam-se em discussão nas esferas administrativa e/ou judicial. O montante das obrigações incluídas no REFIS foi de R\$207.877 (líquido da redução de multa de 50%). O Parcelamento prevê o pagamento dos referidos tributos em 120 parcelas iguais e mensais, no montante de R\$1.732, com vencimento final até 30.06.2013, atualizado com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Em 31.12.2011, as obrigações estão contabilizadas sob a rubrica de "Tributos e Contribuições a Recolher" no passivo circulante, no montante de R\$33.871 (R\$32.624 em 2010) e sob a rubrica de "Tributos e Contribuições a Recolher - Parcelamento", no passivo não circulante, no montante de R\$16.935 (R\$48.935 em 2010).

**(17) PROVISÕES**

	2011	2010
Provisões para Ações Judiciais (Nota 15)	124.711	135.492
Provisão para Tributos Diferidos (Nota 10)	77.315	65.388
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	9.658	3.473
Provisões Diversas	1.728	1.169
<b>Total</b>	<b>213.412</b>	<b>205.522</b>
<b>Circulante</b>	<b>28.419</b>	<b>16.226</b>
<b>Não circulante</b>	<b>184.993</b>	<b>189.297</b>

**(18) DÉBITOS DIVERSOS**

	2011	2010
Dividendos a pagar (Nota 19.6)	71.892	18.638
Depósitos de Beneficiários e de Terceiros (Nota 18.1)	62.918	61.442
Honorários a Pagar	22.874	22.439
Outras Obrigações com Pessoal	12.563	13.205
Outros Débitos a Pagar	8.027	20.142
<b>Total</b>	<b>178.274</b>	<b>135.866</b>
<b>Circulante</b>	<b>152.766</b>	<b>110.707</b>
<b>Não circulante</b>	<b>25.508</b>	<b>25.159</b>

**(18.1) DEPÓSITOS DE TERCEIROS**

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, aos prêmios recebidos cujas apólices ainda não foram emitidas e as parcelas ainda não baixadas de prêmios a receber. Sua distribuição por idade é apresentada a seguir:

	2011	2010
	Prêmio Direto	Prêmio Direto
1 a 30 dias	248	273
31 a 60 dias	194	307
61 a 120 dias	1.067	459
121 a 180 dias	249	518
181 a 365 dias	124	732
Acima de 365 dias	620	2.123
<b>Subtotal</b>	<b>2.502</b>	<b>4.412</b>
<b>Recebimento Antecipado</b>	<b>60.416</b>	<b>57.030</b>
<b>Total</b>	<b>62.918</b>	<b>61.442</b>

**(19) PATRIMÔNIO LÍQUIDO. (19.1) CAPITAL SOCIAL.** O capital social da Companhia, em 31.12.2011 é de R\$1.100.000 (R\$833.134 em 2010) e constitui-se de 66.276.481 ações ordinárias e 23.249.284 ações preferenciais todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas, das quais 10.861.142 ações ordinárias e 5.661.696 ações preferenciais em 31.12.2011 e 2010 estão em tesouraria. Em 31.03.2011, a Companhia aumentou seu capital social em R\$266.866, sem emissão de ações, mediante a capitalização de Reservas de Lucros. De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes asseguradas a percepção de dividendos 10% superiores aos pagos às ações ordinárias e a prioridade no reembolso do capital no caso de dissolução da Companhia. **(19.2) RESERVA DE CAPITAL.** Refere-se ao ágio apurado na aquisição, em 08.07.2010, de ações representativas de 49,92% do capital da BRASILSAUDE pela controlada SAUDE S.A., quando passou a deter a totalidade do capital da BRASILSAUDE. A Companhia registrou em seu patrimônio líquido, de forma reflexa, a parcela que é proporcional a sua participação, na forma preconizada pelo parágrafo 67 do ICPC 09. **(19.3) RESERVA LEGAL.** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **(19.4) RESERVA ESTATUTÁRIA.** Constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, para a constituição de reserva estatutária destinada à expansão de negócios sociais após as destinações para Reserva Legal e Dividendos, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, não podendo exceder o montante do capital social, e tem por finalidade (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (ii) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (iii) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia. Uma vez atingido tal limite, conforme estabelecido no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, a Assembléia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: para capitalização ou para distribuição de dividendos aos acio-

nistas. **(19.5) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.** A rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios e de controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. **(19.6) DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO**

	2011	2010
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>302.701</b>	<b>364.786</b>
Constituição da Reserva Legal (5%)	(15.135)	(18.239)
<b>Lucro Líquido Ajustado (Artigo 202 - Leis 6.404/76 e 10.303/01)</b>	<b>287.566</b>	<b>346.547</b>
<b>Dividendos Obrigatórios</b>		
25% do Lucro Líquido Ajustado (Artigo 202 - Leis 6.404/76 e 10.303/01)	71.892	86.638
(-) Juros s/Capital Próprio (líquidos de impostos)	=	68.000
<b>Total dos dividendos obrigatórios</b>	<b>71.892</b>	<b>18.638</b>
Dividendos Adicionais	1.732	2.091
<b>Total dos dividendos propostos</b>	<b>73.624</b>	<b>20.729</b>

**Destinação:**

Constituição de Reserva Estatutária	213.942	325.818
-------------------------------------	---------	---------

**(20) DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO. (20.1) PRÊMIOS RETIDOS**

	2011	2010
Prêmios emitidos	1.551.551	1.502.500
Prêmios cancelados e restituídos	(56.924)	(75.319)
<b>Total</b>	<b>1.494.627</b>	<b>1.427.181</b>

**(20.2) DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO**

	2011	2010
<b>Comissões:</b>		
Sobre Prêmios	(1.731)	(3.117)
Variação de despesas de comercialização diferidas	(20.752)	(10.856)
<b>Total</b>	<b>(22.483)</b>	<b>(13.973)</b>

**(20.3) DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2011	2010
Pessoal próprio (a) (b)	(44.538)	(44.719)
Serviços de terceiros	(31.761)	(26.829)
Localização e funcionamento	(15.674)	(13.493)
Despesas com tributos	(4.822)	(4.814)
Outras	(6.618)	(5.136)
<b>Total</b>	<b>(103.413)</b>	<b>(94.991)</b>

(a) No item Pessoal Próprio estão incluídas as remunerações, os encargos e benefícios de administradores (vide nota 13.2). (b) Os benefícios aos funcionários estão representados por:

	2011	2010
Vale alimentação, refeição e transporte	(4.249)	(4.027)
Seguro Saúde e Odontológico	(2.274)	(736)
Treinamento	(17)	(510)
Previdência privada	(263)	(344)
Outros	(417)	(372)
<b>Total</b>	<b>(7.220)</b>	<b>(5.989)</b>

**(20.4) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	2011	2010
Despesas com operações de seguros	(291)	(15.507)
Constituição de provisão para contingências cíveis e outras operações de seguros (a)	(6.255)	(15.661)
Serviços técnicos de seguros (Constituição) / Reversão da provisão para riscos de crédito	(13.049)	(11.295)
Taxas de administração de seguros	(6.921)	(15.667)
Despesas com cobrança de seguros	(106)	(4)
Outras	(1.299)	(1.447)
<b>Total</b>	<b>(27.921)</b>	<b>(61.371)</b>

(a) Referente a vários acontecimentos principalmente pelo volume maior de contingências registradas em 2010 no montante de R\$ 13.334.

**(20.5) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO**

	2011	2010
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>65.799</b>	<b>55.959</b>
Valor Justo por Meio do Resultado	16.286	16.697
Disponível para Venda	47.363	35.019
Mantido até o Vencimento	2.150	4.243
<b>Operações de Seguros</b>	<b>9.852</b>	<b>10.586</b>
<b>Atualização monetária e juros sobre os depósitos judiciais, provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais</b>	<b>10.515</b>	<b>1.651</b>
<b>Juros de Mora</b>	<b>(2.549)</b>	<b>(3.833)</b>
<b>Outros</b>	<b>6.187</b>	<b>6.988</b>
<b>Total</b>	<b>89.804</b>	<b>71.351</b>

**(20.6) RECEITAS FINANCEIRAS**

	2011	2010
Valorização de quotas de fundos de investimentos	16.640	16.703
Títulos de renda fixa - privados	22.438	20.597
Títulos de renda fixa - públicos	28.299	19.595
Operações de seguros	9.747	10.586
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	30.437	17.533
Outras	7.243	7.863
<b>Total</b>	<b>114.804</b>	<b>92.877</b>

**(20.7) DESPESAS FINANCEIRAS**

	2011	2010
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(1.578)	(936)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(19.922)	(15.882)
Juros de mora	(2.549)	(3.833)
Outras	(951)	(875)
<b>Total</b>	<b>(25.000)</b>	<b>(21.526)</b>

**(20.8) RECONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.** O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social</b>	<b>353.379</b>	<b>353.379</b>	<b>407.276</b>	<b>407.276</b>
<b>Despesas de imposto de renda - 25% e contribuição social à alíquota de 15% .....</b>	<b>(88.345)</b>	<b>(53.007)</b>	<b>(101.819)</b>	<b>(61.091)</b>

**Adições:**

Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(2.584)	(2.534)	(8.156)	(4.894)
Provisão para riscos sobre créditos	(1.730)	(1.038)	(3.917)	(2.350)
Despesas não dedutíveis	(100)	-	(2.126)	(1.086)
Outras	-	(1.029)	(88)	(3.950)

**Exclusões:**

Equivalência patrimonial	58.919	35.352	59.895	35.937
Atualização de depósitos judiciais	7.455	4.473	3.044	1.826
Participações nos lucros	996	597	790	474
Juros s/ Capital Próprio	-	-	20.000	12.000
Outras	1.480	153	483	-

**Compensação Prejuízo Fiscal e Base Negativa no exercício Redução por Incentivo Fiscal..**

	-	-	4.909	-
<b>Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>(23.456)</b>	<b>(17.033)</b>	<b>(26.985)</b>	<b>(23.134)</b>

**Impostos Diferidos**

**Reversão de créditos tributários Prejuízo Fiscal e Base Negativa**

	-	-	(4.879)	-
--	---	---	---------	---

**Constituição de créditos tributários sobre Diferenças Temporárias**

	3.982	3.360	14.055	8.867
--	-------	-------	--------	-------

**Débito Tributário sobre Atualizações de Depósitos Judiciais**

	(7.454)	(4.473)	(3.044)	(1.826)
--	---------	---------	---------	---------

**Constituição/Reversão da Provisão para Riscos**

	(1.007)	(605)	(1.093)	(499)
--	---------	-------	---------	-------

**Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	(4.479)	(1.718)	5.039	6.542
--	---------	---------	-------	-------

**(21) BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO.** O benefício pós-emprego denominado "Benefício de Aposentadoria Suplementar" é concedido pela Companhia aos funcionários, em até 60% da média salarial das últimas 36 remunerações atualizadas, proporcionais ao número de anos trabalhados na Companhia, limitado a 35 anos, descontado o benefício previdenciário oficial. O antigo plano foi extinto e substituído no segundo semestre de 2004 por um plano de contribuição definida por intermédio do PGBL, contratado junto a SULASEG. Em decorrência da alteração mencionada, o passivo atuarial foi totalmente revertido contra o ativo atuarial, permanecendo somente, o crédito atuarial, no montante de R\$5.481 em 31.12.2011 (R\$ 5.207 em 2010), registrados na rubrica "Títulos e Créditos a Receber" no ativo circulante e não circulante relativo às contribuições passadas de funcionários que não fazem mais parte do atual quadro de pessoal da Companhia e, que será utilizado para fazer face às futuras contribuições. A despesa com PGBL no exercício de 2011 foi de R\$154 (R\$90 em 2010). **(22) CONCILIAÇÃO ENTRE LUCRO LÍQUIDO E CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS**

	2011	2010
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>302.701</b>	<b>364.786</b>

**MAIS / MENOS**

Depreciações e Amortizações		4.271	3.576
Juros e Variações Monetárias sobre Parcelamento Especial (REFIS)		2.027	3.794
Juros e Variações Monetárias sobre Provisões para Ações Judiciais e Obrigações Fiscais		6.174	12.282
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	(235.677)	(239.579)	
Juros e Variações Monetárias de Depósitos Judiciais	(31.026)	(18.151)	
Outros	(1.124)	-	

**ATIVIDADES OPERACIONAIS**

Variação das Aplicações	(93.692)	37.539
Variação dos Créditos das Operações com Planos de Assistência a Saúde	9.576	(6.180)
Variação de Títulos e Créditos a Receber	17.455	(12.380)
Variação de Ativo Fiscal Diferido	(5.731)	(18.660)
Variação de Outros Valores e Bens e Outros Créditos	(6.098)	(13.974)
Variação das Despesas de Comercialização Diferidas	20.752	10.856
Variação de Débitos de Operações de Assistência à Saúde	(517)	(12.106)
Variação de Tributos e Contribuições a Recolher	30.045	22.304
Variação de Provisões	4.565	21.836
Variação de Débitos Diversos	(11.880)	13.735
Variação de Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	15.764	191

**CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS**

	<b>27.585</b>	<b>169.869</b>
--	---------------	----------------

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

**Presidente:** Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas; **Vice-Presidente:** Arthur John Kalita. **Conselheiros:** Carlos Jaime Muriel Gaxiola; Carlos Infante Santos de Castro; Thomaz Luiz Cabral de Menezes; Timothy Scott Mackenzie.

**DIRETORIA:**

**Presidente:** Thomaz Luiz Cabral de Menezes; **Vice-Presidentes:** Arthur Farne d'Amoed Neto; Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretores:** André Luiz Lauzana dos Santos; Bruno Peixoto de Alencar Sardinha; Carlos Alexandre Baldaque Guimarães; Douglas Ramiro Capela; Edison Yoshiharu Kinoshita; Emil Andery; Fabiane Reschke; José Fernando Conforto; Laenio Pereira dos Santos; Luis Alberto Aguado Mourão; Manoel Roberto Gottsfritz Cardoso; Marco Antônio Antunes da Silva; Maurício da Silva Lopes; Vanessa Angélica Campos Pina.

Mauro Reis d'Almeida - **Contador - CRC - RJ 066.620/O-7**  
Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - **Atuário - MIBA/MTPS/963**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas e aos Administradores da Sul América Companhia de Seguro Saúde - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Sul América Companhia de Seguro Saúde ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos

selecionados